

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

----- No dia dezoito do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Mário Fonseca e secretariada por Ana Raquel Conceição e Mário Sergio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 – Aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais; -----

----- 2 – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2010, Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- 3 – Aprovação da proposta de Recrutamento de Pessoal, Mobilidade de Contratação e Respectivo Mapa de Pessoal para o ano 2010; -----

----- 4 - Regime jurídico da realização de despesas públicas e da contratação pública relativo à locação e aquisição de bens e serviços – Realização de obras ou reparações por administração directa. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma hora e não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: José Augusto Barros, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Ana Raquel Oliveira Pereira da Conceição, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Dora Manuela Correia da Rocha, João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Alberto Oliveira, José Manuel Teixeira Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Virgínia Monteiro em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, Sara Pereira representante legal do senhor Fernando Jorge Martins presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia

de Lodares, João Edgar Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos cabeça de lista mais votada na Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, e Mário Fonseca, num total de quarenta e três membros. Estiveram também presentes o senhor vice-presidente, Pedro Machado em representação do presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e um minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por informar que José Augusto Campos Barros se encontrou presente em substituição do membro Jorge Manuel Neto, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição do membro António Filipe Cardoso Barbosa que comunicou uma ausência por trinta dias. O senhor Fernando Jorge presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão fez-se representar pelo seu representante legal Sara Cristina Pereira. O senhor presidente de Câmara encontrava-se ausente. ----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais -----

----- Intervenção do Sr. José Campos Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor

presidente da Assembleia Municipal e secretários da Mesa, excelentíssimo presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, distintos membros da Assembleia Municipal, senhores representantes da comunicação social e excelentíssimo público. Sendo esta a minha primeira presença e intervenção na Assembleia Municipal desejo saudar nos membros da Assembleia Municipal todos os lousadenses e garantir que tudo farei...» ---

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Hoje é uma Assembleia extraordinária, só há discussão do ponto em causa. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, (continuação): «Ao abrigo do previsto no artigo oitavo do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais, a Câmara Municipal pode isentar pessoas singulares ou colectivas do pagamento de taxas ou proceder à sua redução. Como todos os lousadenses certamente reconhecem, Lousada como todo o país, debate-se com graves problemas de natureza diversa. A economia deteriora-se, as falências sucedem-se, as médias e micro empresas sufocam, a proliferação das grandes superfícies agrava e cada vez mais há situações tristes. O desemprego aumenta dia a dia, a Câmara Municipal é uma excepção, mas à custa dos contribuintes. As desigualdades sociais avolumam-se, a fome e a pobreza envergonhada são uma triste realidade em crescendo e que a todos devia, isso sim, envergonhar. Face a estas dolorosas situações, pensamos que algo poderá e deverá ser feito, e nesse sentido, a Câmara tem ao seu alcance uma medida que poderá minorar algumas delas, e o chamado comércio tradicional, é um caso concreto e uma referência, a par de outros tipos de actividade económica. Assim, e tendo em conta o referido artigo oitavo, a coligação “Lousada Viva” propõe, que na análise aos requerimentos a apresentar pelos interessados sejam consideradas todas as situações indiferenciadas, no respeito às taxas de publicidade, isentando e reduzindo ao mínimo o valor das mesmas taxas. Que das possibilidades que o mesmo artigo oitavo permite seja dada a maior publicidade, de modo a que todos os lousadenses tenham conhecimento da legislação em causa, para tal, podem e devem colaborar as Juntas de Freguesia. Do mesmo modo e no mesmo sentido poderá ser solicitada a colaboração da comunicação social, escrita ou falada. Aliás sempre aberta a este tipo de colaboração. A publicação mensal camarária poderá e deverá ser outro meio de difusão.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deram

entrada nesta Assembleia os seguintes membros: Filipa Maria Ventuzelos e Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. O senhor deputado com certeza que ao fazer esta intervenção não leu os documentos que lhe foram apresentados. A primeira informação que está aqui, o que é que diz: “... foi o projecto de regulamento mencionado em epígrafe submetido a apreciação pública, findo tal prazo e não tendo surgido qualquer sugestão voltou o processo ao executivo...”. Foi à reunião de Câmara, e por aquilo que leio aqui, se não me engano, os senhores vereadores da oposição simplesmente se debruçaram sobre a isenção dos comerciantes que o senhor agora aqui falou, comércio tradicional. O senhor presidente da Câmara disse que estabelece taxativamente as situações de isenção, não sendo este o caso. Portanto, acho que essa intervenção não está muito correcta porque este regulamento foi sujeito a apreciação pública. A Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais. O artigo décimo sétimo desse diploma, previa que as taxas existentes seriam revogadas em um de Janeiro de dois mil e nove, salvo se, os regulamentos vigentes fossem conformes àquele regime jurídico ou se fossem alterados de acordo com aquele regime. Através da Lei nº 64-A/2008 de 31 de Dezembro, lei do orçamento de estado, foi prorrogado por mais um ano o prazo previsto para a revogação das taxas. O regulamento municipal de taxas e licenças do município de Lousada actualmente em vigor não cumpre as exigências da Lei nº 52-E/2006, nomeadamente, no que concerne à fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia. A proposta de regulamento que agora nos é apresentada, visa dar cumprimento ao estipulado no número dois do artigo oitavo da Lei nº53-E/2006 de 29 de Dezembro, pelo que a bancada do partido socialista vai votar favoravelmente.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor deputado é lógico que, só se fosse inconsciente é que não teria estudado minimamente a situação. Sei também que foi liminarmente votado contra a isenção na reunião de vereadores da Câmara. Simplesmente, também, no artigo oitavo é previsto a possibilidade de pessoas singulares ou colectivas

podem requerer através de dados concretos que provem a sua situação económica, a isenção ou a redução, é isso que está em causa. Eu sei os trâmites decorridos e praticados, simplesmente, julgo que quando é para defender os interesses dos lousadenses, toda a publicidade é pouca. Estamos aqui para os servir e temos de fazer todos os esforços para os servir o melhor possível.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Adrião Paulo Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Esta proposta de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais visa dar cumprimento ao estipulado no número dois do artigo oitavo da Lei nº53-E/2006 de 29 de Dezembro, nomeadamente no que concerne à fundamentação económico-financeira das taxas, mais propriamente, apurar os custos directos e indirectos, encargos financeiros amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia. Essa fundamentação económico-financeira foi feita por uma entidade externa, com a participação activa dos técnicos, dirigentes e eleitos do município. A proposta apresentada tem subjacente uma preocupação de: a revisão das taxas não implicar o aumento dos valores praticados em dois mil e nove, sendo mesmo que em alguns casos há uma redução efectiva dos valores que foram praticados no presente ano. Por essa razão e citando o relatório de fundamentação, na página vinte e cinco: “... o valor assumido pela taxa municipal de urbanização fica sempre manifestamente aquém do valor das infra-estruturas que lhes estão subjacentes, assumindo mesmo proporções bastantes reduzidas correspondendo a montantes simbólicos...”. O mesmo sucede com a compensação por não cedência, como podem confirmar na página trinta do relatório. No que respeita à questão colocada pelo membro da Assembleia Municipal e no que respeita ao comércio tradicional. O senhor presidente na reunião de Câmara esclareceu que no que concerne a isenções, nós podemos ter as nossas ideias mas é necessário ter em conta e ver o que a lei permite isentar. Há casos taxativos para se permitir essas isenções e nós não podemos estender mais do que aquilo que a lei nos permite. O artigo oitavo que referiu tem a ver com o pedido para isenção, tem de ver mais o artigo sexto e sétimo que são os artigos que prevêm os casos em que são possíveis as isenções. Concordo consigo quando sugere que se faça a publicitação da possibilidade de haver isenções de taxas. E isso certamente

que faremos, como é óbvio.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor:
“A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme estabelece a alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por quarenta e seis votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Francisco Xavier Pires -----

----- SEGUNDO PONTO: Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2010, Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente da Assembleia, senhora vereadora e senhores vereadores, senhores deputados, senhoras deputadas, publico e comunicação social. Só queria referir quatro pontos essenciais nesta ordem de trabalhos. Deve procurar, a ver da CDU de Lousada, que as obras sejam por administração directa, o que implicará que fiquem menos onerosas. Segundo ponto, Lousada tem tido uma boa e grande aposta na educação, não fosse também o concelho mais jovem da Europa, muito embora haja algumas lacunas, como seja os transportes escolares e alguns equipamentos que com o passar dos tempos vão ficando obsoletos. Terceiro ponto, em termos culturais, Lousada em relação aos concelhos vizinhos tem tido uma forte preponderância, embora alguns desses eventos sejam descentralizados, mas só por si não chega porque é questionável em grande parte das vezes o público não adere como deveria, pelo facto desses eventos não serem devidamente publicitados, acho eu. Quarto ponto, na requalificação urbanística da vila, deve-se acautelar os vários espaços para que se crie uma envolvência como sejam, o urbanístico, o comercial, o cultural e o de lazer para que haja uma interacção e simbiose entre os mesmos.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Claudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, excelentíssima senhora e senhores vereadores,

excelentíssimas senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público e excelentíssima comunicação social. Na tomada de posse do executivo, o senhor presidente da Câmara deixou bem claro a todos os presentes que neste novo mandato iria dar prioridade à Acção Social. O que é de louvar face à conjuntura de crise económica que estamos a atravessar. No entanto, quando me deparo com o plano e orçamento, não consigo vislumbrar essa grande aposta. Pesquisei, no sentido de encontrar algum plano de actividades ou de acção social para os próximos anos, e não tendo encontrado, mais preocupada fiquei, pois deduzo que vai-se gerindo o que aparece e o planeamento de facto não existe. Difícil se torna a análise quando não existe um plano de actividades ou de acção que fundamente e que justifique este orçamento, que explique onde vai ser gasto o dinheiro e no desenvolvimento de que acções. Qual é o programa? O que se propõem fazer? Existe algum documento que se possa consultar? Quais são as instituições que vão receber as transferências previstas no orçamento e para o desenvolvimento de que actividades? Face à ausência de plano, analisei o Plano de Desenvolvimento Social, o único documento que encontrei disponível nos sites da Câmara e da rede social, foi realizado pelas diversas entidades parceiras do concelho, fruto do diagnóstico social, e verifiquei que após identificação dos problemas do concelho foram definidos quatro eixos estratégicos: primeiro, prevenção das dependências em grupos alvo, nomeadamente na temática do alcoolismo. O que foi feito? No diagnóstico elaborado, se bem me lembro, o alcoolismo foi identificado como um problema grave e de intervenção urgente, pois reconheceu-se que era e é a problemática determinante para o desenvolvimento social do concelho sendo a causa da esmagadora maioria dos problemas sociais. Segundo: intervenção educativa para a inserção. O combate ao abandono escolar foi uma bandeira deste executivo, mas tanto quanto eu sei esta é uma medida coberta por legislação a nível nacional e do Ministério da Educação que não permite que nenhuma criança esteja em abandono desde o sétimo ano aos dezoito anos de idade. E o circuito de acompanhamento e controlo está perfeitamente definido, passando pela sinalização do director de turma, director da escola e em último recurso são contactadas as instâncias competentes da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e o tribunal. Terceiro: qualificação dos jovens e adultos. Neste parâmetro o objectivo era a inserção dos jovens no mercado do trabalho, adequando a formação às necessidades dos empresários para garantir a empregabilidade. Isto foi conseguido? Onde estão os resultados? No que diz respeito à formação, o Instituto do Emprego e Formação Profissional é o responsável pela oferta formativa dos cursos para jovens com mais de dezasseis anos,

pois até aí estão bem no ensino público regular, com os programas e adaptações curriculares actualmente existentes. Contudo, de acordo com informação que pude recolher, a Câmara estabeleceu parceria com este Instituto para formar estes jovens que acederam à frequência a troco de abonos e a garantia do Rendimento Social de Inserção. A ser verdade, parece-me que isto é uma completa desvirtuação do verdadeiro ensino e um desrespeito pelo esforço dos que andam na escola e cumprem o que lhes é proposto, não acham? E onde andam esses jovens? Onde estão integrados? Qual o grau de sucesso? Melhoraram as suas competências ou continuam na dependência dos abonos? O que pensam os empresários destas medidas? Já foram estabelecidos protocolos de empregabilidade para estes formandos? Quarto: Criação de Respostas Sociais. Quero deixar aqui bem claro o meu reconhecimento e louvor a todos os técnicos da rede social e a valorização do relacionamento inter-institucional existente do qual tem resultado um bom trabalho, onde verificamos que há boas e inovadoras respostas. Já da Câmara não sei se posso dizer o mesmo, pois financeiramente pouco apoio se vê às instituições do concelho. Senão, digam-me, qual é a percentagem da Câmara nos projectos e equipamentos em desenvolvimento em Lousada? Minhas senhoras e meus senhores, para além de não terem ainda sido criadas todas as respostas identificadas no plano, todos nós sentimos na sociedade civil que as respostas são insuficientes. E há duas áreas que a situação é gritante, a deficiência e o apoio domiciliário. Deficiência: na população de Lousada temos cerca de duzentas pessoas com deficiência, e que apoio temos a esta população? Nada! Ou quase nada! Há uns anos atrás ainda no tempo da vereadora professora Lígia, a Misericórdia apresentou um projecto nesta área, no entanto este projecto foi rejeitado pela Câmara e a própria Câmara assumindo que iria criar uma resposta, situação que até hoje não se verificou. Apenas temos duas respostas nesta área, a ACIP e a Equilíbrios, que como sabem, são instituições de fora do concelho. Não é que eu tenha nada contra as instituições de fora do concelho, mas não deveríamos dar prioridade às nossas? Temos necessidade de um Centro de Actividade Ocupacional para deficientes e de um lar residencial para adultos deficientes. É urgente e fundamental tomar medidas nesta área, pois daqui a dez, quinze anos estes deficientes muito provavelmente não terão retaguarda familiar não falemos da criação de gabinetes, estamos a falar de respostas efectivas. Apoio domiciliário: no apoio domiciliário continuamos com listas de espera, necessitamos de alargar vagas, necessitamos de celebrar acordos com Segurança Social e necessitamos de alargar o apoio domiciliário a idosos num conceito de proximidade. As Juntas de

Freguesias são quem melhor conhecem as populações, porque não apoiá-las e incentivá-las? Já temos soluções na freguesia de Silvares, Nespereira, Meinedo, Sousela, Lustosa e Macieira, mas falta apostar em muitas outras, onde a necessidade está premente. Independentemente das dificuldades que as Instituições parceiras podem trazer, a Câmara pode e deve criar estas respostas nas suas freguesias. Há outras Câmaras que o fazem porque definem a área social como uma prioridade. Excelentíssimas senhoras e senhores, estamos aqui para defender os interesses de Lousada, não esperem de nós uma atitude passiva, faremos propostas, faremos críticas, mas sempre, sempre construtivas. E é por isso que não compreendo, que designando-se este executivo como um executivo de diálogo, não tenha permitido a contribuição de propostas por parte da oposição e este plano e orçamento tenha sido apresentado como um documento fechado aos vereadores da Coligação “Lousada Viva”. Senhor presidente, termino como comecei, face a todo o exposto, e após análise do orçamento não vejo onde está a prioridade da acção social, e face aos números apresentados, num orçamento de cinquenta e três milhões de euros, disponibilizar para a acção social oitocentos mil euros, não vejo onde está a grande aposta? Diria que a aposta deste executivo está na reabilitação urbana e das estruturas na área educativa e no desporto mas nunca da acção social, pois não vejo aí qualquer investimento.» -----

----- Intervenção da Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente Assembleia Municipal e demais elementos que compõem a mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara em substituição, senhora e senhores vereadores, membros desta Assembleia, senhora e senhores presidentes de Junta, senhores presidente de Junta cessantes mas em exercício, excelentíssimo público, cara comunicação social....» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Vai-me desculpar mas não há presidentes de Junta cessantes, há presidentes de Junta em exercício. Isto aqui não é para brincar com dignidade de pessoas que deram muito a este concelho e que estão a dar o seu melhor. Desculpe, o senhor deve retirar isso, isso é uma ofensa. Eu exijo respeito nesta casa.» -----

----- Intervenção da Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP, (continuação): «Relativamente ao apresentado Orçamento e Plano Plurianual de

Investimento, importa, entre outras, levantar algumas questões, que para nós são de extrema relevância, falo naturalmente de associativismo e cultura no nosso concelho. Entendemos e consideramos, que nestas tão específicas áreas, encontramos-nos perante aquilo que julgamos ser um plano elitista e centralista. É com relutância e até alguma indignação, que não vemos previsto neste plano qualquer intervenção na requalificação e modernização dos parques desportivos que estão dispersos pelo concelho. É caso para dizer que este executivo socialista abandona claramente, o associativismo, isto é, os maiores investimentos vão ser, como sempre, canalizados para o centro da vila. Gostaria de relembrar a título de exemplo, que o Vale Mesio em Casais no ano de dois mil e oito tinha sessenta jovens em formação. Hoje, fruto da falta de apoio ao qual foi votado, não tem um único jovem atleta. Relembro ainda senhor presidente em substituição que em Lustosa existem cerca de cento e trinta jovens atletas, entre os quais cento e dez crianças em formação e que contam apenas com, más instalações, ausência de transporte e uns ínfimos dois mil euros ano. Se fizer as contas dá cerca de um café por mês a cada atleta. Ainda outro exemplo, na Associação Recreativa e Cultural de Pias, existe, entre outras actividades, grupos de dança medalhados e reconhecidos além-fronteiras que apenas sobrevivem à custa da dedicação e boa vontade de alguns cidadãos que residem nessa freguesia. Senhor presidente, senhoras e senhores, é público e é notório que o associativismo em Lousada passa por dias difíceis. Espera e desespera por uma estratégia política com base num apoio concreto ao seu desempenho, que o mesmo é dizer, ao desporto e à cultura nas vinte e cinco freguesias. Senhor presidente senhoras e senhores, este plano evidencia claramente uma falta política de vontade no que concerne ao associativismo em Lousada. Não podemos concordar, de forma alguma que o senhor presidente de Câmara, em sede de reunião de executivo tenha dito, passo a citar “ ... cada vez mais é difícil manter as associações, porque a disponibilidade das pessoas é cada vez menor, porque tudo é feito de forma gratuita...”. Senhor vice-presidente da Câmara, o que aqui está em causa não é a disponibilidade das pessoa, mas sim a falta de apoio revelada para com estas estruturas. Por outro lado, vemos plasmado neste plano e orçamento a construção de um novo estádio de futebol, de uma pista de atletismo e mais uns quantos courts de ténis. É caso para dizer que se aposta em Lousada em obras faraónicas para que algum dia, quiçá, alguém se lembre do faraó e se esqueça de uma vez por todas daqueles que ao longo de muitos e muitos anos dão o melhor de si em prol de todas as associações existentes neste concelho. Por tudo isto, não podemos votar favoravelmente este plano e orçamento.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Vanda Bragança do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, senhores vereadores, senhores deputados, restante público e comunicação social. Na última Assembleia todos nós ouvimos o senhor presidente de Câmara a afirmar que neste mandato iam acudir às solicitações dos presidentes de Junta dando continuidade ao trabalho desenvolvido, dentro dos apoios possíveis. Só foi pena que esta afirmação não tenha sido posta em acção aquando da elaboração do orçamento, pois os presidentes de Junta não foram tidos nem achados aquando da elaboração do mesmo. Todos sabemos que a Câmara Municipal não exerce tutela sobre as Juntas de Freguesia, mas deve ouvir os senhores presidentes de Junta para saber como distribuir a verba destinada às freguesias, até para evitar o que aconteceu neste orçamento, que tem um plano demasiado centralista, isto porque, foi realizado nas costas dos presidentes de Junta e dos próprios vereadores da coligação “Lousada Viva”, apesar da promessa de audição feita, e que afinal não passou disso mesmo, uma promessa. O executivo camarário tem que ter em atenção que as freguesias são um parceiro público e estratégico no desenvolvimento do concelho. Todas elas, neste momento, carecem de uma atenção especial por parte do executivo municipal. Algo que não tem acontecido, nem acontece neste orçamento. As freguesias continuam a ser o parente pobre a necessitar de um plano estratégico de transferências e apoios. Isto, se o nosso município pretender desenvolver uma rede municipal eficiente de combate às carências das suas populações e de resolução imediata, ou não fora este, um mandato, dirigido essencialmente para o âmbito social. Louvamos o investimento que vai ser feito ao nível da educação, mas lamentamos que o investimento nas freguesias não passe praticamente daí. Em Espanha, os equipamentos podem não estar dispersos pelas freguesias, mas não estamos em Espanha, e só queremos uma melhor distribuição da verba, e as questões de manutenção dos equipamentos depois não são da competência da Câmara Municipal, mas sim de quem administra o próprio equipamento. As Juntas de Freguesia necessitam de receitas suficientes e imediatas, de rendimentos sociais de investimento, que no mínimo deviam ser proporcional à receita que as freguesias geram para o município com os impostos cobrados e que revertem a favor deste. O complexo desportivo continua a desviar milhões que deviam ser aplicados em função da produção de riqueza e trabalho, como a criação de novos investimentos e isto só não acontece porque os milhões continuam a ser mal orçamentados e aplicados inconvenientemente

em favor do engrandecimento da população.» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Cumprimento todos com o respeito que me merecem, senhor presidente da Mesa, restante membros da Mesa, senhor presidente de Câmara em substituição, senhora e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta daqui incluo-o também os senhores presidentes de Junta em exercício o senhor Amâncio Santos, senhor Luís, senhoras deputadas, senhores deputados, excelentíssimo publico, comunicação social presente. Confesso-vos que a discussão envolta destes importantes documentos está desde logo inquinada. E inquinada porquê? Minhas senhoras, meus senhores, por várias razões: primeira, o documento que nos é apresentado pouco ou nada tem de prospectivo. É um documento redutor na definição estratégica plurianual da actividade do município. Limitam-se a orçamentar dois mil e dez, com algumas derrapagens a dois mil e onze. E nada mais. Segundo, espantem-se com o facto de estarmos a orçamentar obras já realizadas. Senhor presidente de Câmara em substituição, isto é verdade ou é mentira? A ser verdade, estamos aqui a discutir um orçamento “postigo”. Terceiro, continuamos a verificar que ao fim de longos anos de exercício ainda não são capazes de elaborar um orçamento esclarecedor. Reparem no orçamento da receita corrente, surge o valor de sete milhões quinhentos e sessenta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos em “outros”, que não se sabe o que é. Senhor presidente de Câmara em substituição, o que quer isto dizer? Não queremos acreditar que ao fim destes anos ainda não saiba definir a receita corrente do município. Ou será este um esquema a que recorrem para empolar o orçamento das receitas e assim justificar o valor das despesas correntes? Quarto, como bem disse a deputada Vanda Bragança, as Juntas de Freguesia continuam a ser o parente pobre do município. Aliás, lembro-lhes uma passagem da minha intervenção há um ano atrás, quando disse que vossas excelências estavam a empolar o orçamento das transferências para a administração local por ser um ano eleitoral. Mais verdade não podia ser. Reparem: transferência de capital para a administração local: dois mil e seis e dois mil e sete – setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos euros, dois mil e oito e dois mil e nove, ano de eleições – um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil e catorze euros, e agora, dois mil e dez – setecentos e sessenta e cinco mil euros, ainda menos que em dois mil e seis e dois mil e sete. Senhor presidente de Câmara em substituição, minhas senhoras e meus senhores, já todos percebemos qual o vosso critério e a vossa visão de

desenvolvimento do concelho, mais não assenta do que em princípios eleitoristas. Com isso, quem perde é o concelho. Quem perde são os lousadenses. Pois o mesmo se coloca ao nível de transferências para instituições sem fins lucrativos, associações. Precisamente o mesmo raciocínio: dois mil e seis e dois mil e sete – cento e doze mil e quinhentos euros, dois mil e oito – oitenta e quatro mil novecentos e treze euros, dois mil e nove, ano de eleições – duzentos e quarenta e quatro mil e cinquenta e três euros, e agora, dois mil e dez, oitenta mil euros. Senhor presidente, como justifica esta variação? São apenas coincidências? Quinto, e por fim, destacar apenas mais um aspecto e uma conclusão resultante da análise do documento: verificamos que a gestão orçamental do município está refém das despesas correntes. De tal modo que, para haver qualquer investimento, têm que recorrer à banca para, através de empréstimos de médio e longo prazo, suportarem o valor dos encargos municipais do investimento. Para dois mil e nove orçamentaram um milhão, setecentos e setenta e cinco mil novecentos e setenta e um euros e vinte cêntimos em “Empréstimos”. Agora, para dois mil e dez estão a orçar cinco milhões duzentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e nove euros e dois cêntimos. Aqui, coloco-lhe a seguinte questão: A Câmara tem vindo a solicitar à Assembleia a aprovação de vários empréstimos. Ainda em Setembro passado aprovamos um empréstimo para a requalificação dos centros urbanos. Este empréstimo, por todos nós aprovado, já foi accionado? A questão é simples, todos os empréstimos autorizados pela Assembleia são ou já foram accionados? Senhor presidente em substituição, minhas senhoras e meus senhores, várias questões foram aqui colocadas por mim e pelos meus colegas, se antes não houve o cuidado de ouvir e atender a opinião dos vários agentes políticos do concelho, promovendo a saudável discussão em torno de tão importante documento estratégico para o desenvolvimento do concelho, desafio o Sr. Presidente de Câmara em substituição a responder-nos a todas as questões, esclarecendo dúvidas e interpretações que a todos interessa. Para isso, tem naturalmente, já de seguida a oportunidade de o fazer.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Parece-me que estamos perante um orçamento equilibrado, temos perante nós e perante o país uma situação difícil. E a uma dada altura começo a não perceber o que é que as pessoas querem, eu vejo pessoas que são de direita ou se dizem de direita e se encostam ao camarada Xavier, a pedir mais centralismo, mais actividade, mais coisas, mais coisas... Concordo, perfeitamente, mas meus senhores, desenganem-se é preciso

dinheiro, vocês sabem disso. Pedem associativismo, concordo perfeitamente, quem é que promove o associativismo? A Câmara? Onde é que está a sociedade civil em Lousada para promover o associativismo? É a Câmara que tem de promover o associativismo ou são os cidadãos? É muito simples dizer: não há associações. Quem é que paga? A Câmara é que tem de estar sempre a dar dinheiro? Acho que não, eu já estive em várias associações e nunca recebi dinheiro de entidades camarárias. O problema é que toda a gente fica de perna cruzada à espera que o dinheiro caia e isso não pode continuar a acontecer. Falaram aqui de subsídio-dependência e muito bem, o problema está mesmo aqui, a sociedade civil nunca se mexeu porque houve sempre subsídio-dependência. Não há apoio social em Lousada. Mentira, e é capaz de ser dos concelhos do país que melhor tem salvaguardado essa situação, porque temos graves dificuldades. Cultura, nós estamos ao nível de Lisboa, Porto e Sintra, saiu há dois anos no jornal. O que é que querem mais? Vir aqui dizer duas de letra é muito fácil, mas propor soluções, dizer quais são os desafios que se nos colocam, dizer como é que vamos fazer coisas sem termos dinheiro? Promover o associativismo é dar dois mil euros a cada associação ou é dando formação promovendo actividades para que as associações aprendam a cativar dinheiro a trazer a sociedade civil para o seu seio e fazer com que a sociedade civil trabalhe nas associações. Há muitas que não andam com subsídio-dependência. Se soubessem fazer as coisas como deviam, se calhar coisas resolver-se-iam de outra forma e se calhar tínhamos uma sociedade civil mais activa em Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos deputados, estimado público, excelentíssimos órgãos de comunicação social presentes. Aproveito este ponto relativo aos documentos previsionais para o ano de dois mil e dez para pedir um esclarecimento. Meus senhores, comparando-me com estas pessoas que estão nesta sala e que ao longo dos anos acumularam um saber imenso de política de oposição, sabem que sou um simples e pequeno aprendiz, por isso, peço-vos que me clarifiquem, é certo que a oposição deve chamar atenção do executivo para pontos esquecidos e pontos a melhorar, por isso, respeito o trabalho da coligação “Lousada Viva” é um trabalho mesmo necessário. Mais do que isso, quanto melhor for esse trabalho, melhor é o trabalho do nosso executivo, também não quero por em causa o grupo de presidentes de Junta, eleitos pela coligação “Lousada Viva”, no qual estão incluídas pessoas que na generalidade

merecem a minha estima e respeito e nalguns acasos até admiração. A minha dúvida está na relação de necessidades que o Dr. Leonel Vieira apresentou na sua declaração de voto no ponto três, ponto um na reunião de Câmara de sete de Dezembro, onde só leio nomes de freguesias cujos presidentes de Junta foram eleitos pela coligação que lhe deram. E é aqui que me questiono, apesar de terem minoria, não colheram votos em todas as freguesias, ou são apenas representantes das freguesias que elegerem candidatos da coligação? Sinto-me confuso, pois, no périplo que fizeram por todas as freguesias durante a campanha eleitoral propagandearam várias necessidades....» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Tem de se limitar ao tema.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista (continuação): «Se puderem e com o respeito que me merecem expliquem-me.» -----

----- Intervenção da Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Caríssimo deputado, já toda a gente sabe, e que é apanágio do bom cidadão, que o mal do mundo está sempre nos outros, nunca está em nós. O senhor e os seus colegas partidários andaram um ano e meio a tirar fotos nas freguesias em lugares emblemáticos, com muitos e muitos jovens que desesperam por apoio. Tenha coragem de vir aqui defendê-los, ou é só tirar fotografias nas freguesias.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «As conclusões possíveis a retirar da análise deste documento são as conclusões evidentes. Estamos perante um executivo que, apesar de saído de eleições recentes, dá mostras de estar estropiado. E são tantos os indicadores de que algo na orgânica do município não está bem, que os sintomas começam a evidenciar-se. Em condições normais, num executivo que vem detrás, teríamos discutido o orçamento na Assembleia do passado mês de Novembro. Não seria necessário convocar-se uma Assembleia extraordinária. Depois, apresentam-nos um documento redutor. Não têm a capacidade nem a visão de projectar o desenvolvimento estratégico do concelho a longo prazo. Apesar de ser possível apresentar um Plano Plurianual para o quadriénio sem qualquer inscrição na totalidade dos anos a que respeita, não é de todo

compreensível que o façam. Leitura evidente de que se encontram esgotados no campo das ideias e das acções. Depois, temos a postura com que apresentam este documento. Apesar de se terem comprometido com os vereadores da oposição, a verdade é que não quiseram ouvir as suas propostas. Nem as deles, nem as dos presidentes de Junta, nem as de ninguém. Quando já se fala numa segunda geração de orçamentos participativos, o que diriam de Lousada os municípios onde tal prática já acontece. E relativamente ao conteúdo. São mais os apontamentos negativos que positivos. Como apontamentos positivos temos a requalificação dos centros escolares e de algumas rodovias. Mas também aqui com alguns aspectos negativos. Em alguns casos, está-se a investir na requalificação de escolas em sítios atrofiados, que não permitem a sua expansão futura. Casos existem, como por exemplo em Macieira, que nem tão pouco é possível construir um pavilhão gimnodesportivo. Noutros, está-se a investir sem projecção futura de localização, dimensão, adequação e retorno pela sua utilização. A requalificação dos centros escolares, em alguns casos, está longe de ser complacente com a realidade e com a visão dos dias de hoje. Senhor Presidente em substituição, minhas senhoras, meus senhores, não fossem estes investimentos co-financiados e estaríamos a discutir um orçamento pouco mais do que administrativo. De dois mil e oito para dois mil e dez, o valor orçamentado em despesas com pessoal quase que duplica, passamos de seis milhões oitocentos e setenta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e quinze cêntimos para os actuais doze milhões cinquenta mil oitocentos e vinte dois euros e oitenta e quatro cêntimos. E como já tivemos a oportunidade de ver nem tudo decorre da transferência de competências do Estado para a Autarquia na área da educação. Valores concretos, vossas excelências permitem-se, engordar a estrutura em despesas correntes em cerca de seis milhões de euros comparativamente com orçamento de dois mil e oito. Condicionam as despesas de capital, ou seja, investimentos, simplesmente às receitas de capital provenientes de participações comunitárias em projectos co-financiados e em empréstimos bancários de médio e longo prazo. Isto deve alertar-nos para a dificuldade futura na gestão financeira do município. A autarquia está refém do nível das despesas correntes que ostenta. Se não houver a capacidade e a sagacidade de aproveitar os financiamentos públicos, enquanto existem, a par do emagrecimento das despesas correntes, Lousada será, a breve trecho, um concelho hipotecado no seu desenvolvimento...» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”

- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Mais problemático ainda se torna quando, na definição dos investimentos a levar a cabo não perspectivam geração de riqueza e bem-estar social. Num Plano Plurianual de Investimentos, que denomino de redutor, o valor imputado ao objectivo 3.2. (Indústria e Energia) é de apenas seiscentos e sessenta e quatro mil cento e trinta e nove euros, dos quais apenas trezentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e sete estão definidos, poderia aqui discriminar mas não o vou fazer. Pergunto, onde está a sustentabilidade e a estruturação planeada do concelho? Continuamos a canalizar avultadas verbas para o Complexo Desportivo. E como tenho dito, quem paga a factura são as Juntas de Freguesia e as associações do concelho. Por outro lado, não se vislumbram investimentos noutras áreas de intervenção. A verdade tem que ser dita e assumida. No cálculo dos rácios de investimento público estatal, as atribuições concedidas ao Complexo Desportivo estão a sugar, outros investimentos possíveis. Quero com isto dizer que nas cotações de investimento estatal, Lousada tem merecido o investimento a que se propôs. Desajustado, pouco sustentado e desequilibrado perante as reais necessidades do concelho. Mas esta foi e continua a ser a vossa estratégia para Lousada. Senhor Presidente em substituição, minhas senhoras e meus senhores, não vemos qualquer investimento de capital no domínio da Acção Social. Não vemos qualquer investimento de capital no domínio da Cultura. Não vemos qualquer investimento de capital, com relevância, no domínio da promoção e surgimento de actividade empresarial. O investimento que vemos, para além da requalificação dos centros escolares, centra-se no anteriormente referido e descarta por completo o desenvolvimento integrado do concelho nas suas vinte e cinco freguesias. Com isto, várias ideias parecem ficar, uma vez mais temos um orçamento centralista; refém do nível das despesas correntes, assente em princípios pouco esclarecedores, para não dizermos rigorosos, e redutor nas atribuições e na definição estratégica plurianual da actividade do município. Não é por aqui que, a nosso ver, se promove o desenvolvimento harmonioso do concelho. Não é por aqui que alavancamos a resolução de muitos problemas inerentes ao bem-estar da população. Senhor presidente em substituição, minhas senhoras e meus senhores, como bem disse o senhor deputado Joaquim Rocha, a oposição tem a obrigação política de alertar o executivo municipal para a correcção estratégica da sua conduta. Assim o fazemos. A oposição tem a obrigação política para apresentar propostas ao executivo. Também, assim o fazemos. E o executivo, o que faz ou o que tem feito? Orelhas moucas às ideias e aos projectos apresentados,

vira as costas aos agentes políticos do concelho e não quer saber se o “Rei Vai Nu”; quer apenas ser “Rei”.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como se trata da apreciação dos primeiros documentos previsionais para o presente mandato, há que chamar atenção para o facto que devem ser analisados separadamente as receitas e despesas correntes e de capital. As receitas correntes são calculadas nos termos legais pela média dos últimos vinte e quatro meses anteriores à sua elaboração, em regra são inferiores às que efectivamente serão cobradas, tal facto, conduz a que não se verifique aumento substancial das receitas desta natureza. Até ao mês de Novembro a receita arrecadada corresponde a oitenta e seis vírgula dois por cento da dotação orçamental, enquanto as despesas da mesma natureza cifravam em oitenta e dois vírgula vinte e sete por cento. A este rigor orçamental, deste ano, e de todos os anos, desde que aqui estou, permite financiar algumas despesas de capital. O aumento das despesas correntes que é somente de dois vírgula sessenta e cinco por cento, reflecte a contenção de gastos, restringindo-as ao essencial para o pleno funcionamento dos serviços municipais. Igual rigor se verifica nas dotações com despesas com o pessoal em que é necessário acautelar o aumento dos vencimentos, bem como outras despesas motivadas por possíveis alterações dos níveis remuneratórios na sequência do sistema de avaliação do desempenho. Porém há que ter em consideração o substancial aumento verificado com as despesas com pessoal, em consequência, da transferência de competências na área da gestão de pessoal não docente do ensino básico, bem como a contratação de pessoal docente para as actividades de enriquecimento curricular, acrescidas das despesas inerentes aos encargos com a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e Seguros contra acidentes de trabalho. É prevista ainda neste orçamento a contratação de pessoal destinado ao funcionamento da escola básica de Nogueira. No que se refere à receita de capital, é estimada tendo em conta diversos factores de ordem previsional designadamente: a venda de terrenos na zona industrial de Lustosa, os contratos programa a celebrar com os vários ministérios e o financiamento de obras a participar no âmbito do QREN com candidaturas já aprovadas e outras a apresentar em momento oportuno. As únicas prestações certas são as dos empréstimos contratados e as transferências do orçamento do estado, embora com valor ainda não conhecido uma vez que o mesmo só será aprovado no próximo ano, como sabem. No que diz respeito às participações serão feitos os necessários ajustamentos em função dos valores da respectiva candidatura, deste modo

as receitas e despesas de capital tanto podem ser as previstas no orçamento como podem variar para mais, ou para menos, conforme os valores que vierem a ser aprovados. E agora, umas considerações finais sobre a declaração de voto dos senhores vereadores da oposição. Valor de trezentos e sessenta e um mil duzentos e cinquenta euros em “ outros”, este valor é para despesas que não se incluem em outras rubricas e principalmente para pagamento às Águas do Ave do tratamento das águas residuais, valor de cento e setenta e oito mil zero catorze euros para projectos, consultadorias e pareceres, acham que não se devem apresentar candidaturas com projectos muito complexos e que não podem ser feitos internamente? Quando não tivermos acesso a projectos co-financiados, claro que não vai ser só o nosso município a ter dificuldades senhor Carlos Nunes. A partir de dois mil e treze todos os municípios irão ter essas dificuldades desde que queiram fazer obras de grande monta. E nós felizmente essas de grande monta já vão estar quase todas feitas. Um dia que vocês tenham poder e espero que eu não veja esse tempo, já não vão ter muito que fazer e basta fazer as despesas correntes do Município, está tudo feito. Vocês não acreditam nisto ou será que com a diminuição das receitas corrente vocês irão fazer obras. Eu já defendi aqui que ninguém devia pagar IMI. Agora se baixar as receitas correntes, os impostos directos, que obras é que se vão fazer? Só com o dinheiro do orçamento de estado mais nada . Esses empréstimos que o senhor viu dos cinco milhões e tal em despesas correntes, sabe para que é isso? Ouviu a minha intervenção? Obras a participar no âmbito do QREN, com candidaturas já aprovadas e outras a apresentar em momento oportuno. O dinheiro do QREN não vem na totalidade e como o município não tem receitas próprias, tem que pedir empréstimos. Esteja á vontade, veja o mapa de endividamento, um dia se forem Câmara não terão problemas nenhuns em contrair empréstimos à banca. Alteração ao orçamento da receita e da despesa haverá alguma Câmara, ou por outra conhece alguma Câmara que não faça essas alterações ao longo do ano. A senhora deputada falou nas Juntas de Freguesia, disse e muito bem, não é a Câmara que tem de dar dinheiro às Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia têm que viver com o dinheiro do orçamento do estado. Agora diga-me, se a Câmara nestes anos todos não tivesse feito contratos programa com as Juntas de Freguesia, acha que essas obras que estão pelas freguesias todas tinham sido feitas? Deixem lá os cinquenta mil euros, toda a gente sabe que isso é irrisório, aquela verba que lá está, já se sabe que não é isso, tem os contratos programa. Agora, vamos lá ver uma coisa, esta Câmara não está aberta a tudo, os senhores presidentes de Junta que prometeram mudos e fundos durante as eleições, esses tem de pôr

dinheirinho do bolso porque a Câmara não vai financiar.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ouvi falar nesta Assembleia da construção do Complexo Desportivo. A construção deste Complexo foi chamado de projecto faraónico mas é com estes projectos que a coligação tanto critica que temos bons exemplos em Lousada. A Associação Desportiva de Lousada, secção de Hóquei em Campo, a qual eu represento sou capitão de equipa internacional - A, é um exemplo de sucesso, aquilo que há poucos anos era impensável, com a construção do Complexo este clube conseguiu ser actualmente penta campeão nacional de hóquei e representa anualmente Lousada e Portugal na liga dos campeões europeus. Tendo o Complexo como exemplo para a comunidade hoquista internacional. Sempre que vamos a qualquer reunião, a nível da Federação Internacional de Hóquei, Lousada é mencionado. Com as instalações criadas não duvido que este desporto venha a ser o único a atingir este patamar, temos o exemplo rugby, que até agora não havia nenhum clube e actualmente já há. Esperemos que venha a conseguir o mesmo que a Associação Desportiva de Lousada hóquei em campo consegue, e em muitos mais desportos. Tudo isto foi atingido sem que os responsáveis desta associação tivessem ganho um único euro. No final desta Assembleia vou à minha custa para Lisboa, representar mais uma vez a Associação Desportiva de Lousada, hóquei em campo para tentar trazer o hexacampeonato nacional para Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Querendo referir-me de facto ao orçamento, ainda não vi aqui nenhuma queixa a números. Já vi que não querem aumentar muitas despesas, acho isso bem, mas para não aumentar as despesas, não podemos andar a meter toda a gente, dar receita a toda a gente. Interpelaram-me no sentido de que falasse na juventude. Eu acho, e aqui referindo-me ao senhor presidente de Mesa, de facto este orçamento fala de juventude e fala de áreas fulcrais. Eu vou aproveitar esta minha intervenção para interpelar o executivo municipal. Eu não me guardo só para as Assembleias, eu acho que é dever do jovens em missão estar junto da Câmara e falar com as pessoas, nem que seja na rua e não só em campanha eleitoral. Áreas fulcrais que este orçamento foca e que vocês enquanto executivo devem focar: área de emprego. Há muitos jovens no desemprego em Lousada é uma preocupação, já foi criado um gabinete de apoio ao investidor, já foi criado um gabinete de inserção profissional. Nas últimas jornadas da juventude ouvi falar muito de empreendedorismo, é uma tecla na qual se

tem de bater. Lá eu vi o grupo de robótica da escola secundária a apresentar robôs, financiado por um membro desta Assembleia, e muito bem. Mas há mais áreas, emprego, temos de apostar em sectores chave, sectores dinâmicos e neste momento estão a sair dos jovens mais bem formados do concelho com licenciaturas, em todo o país e nas mais diversas áreas, nós temos de pegar nesses jovens, jovens que dão o impulso, mas as pessoas mais velhas têm de se abrir a isso, apoiar, incentivar. A Câmara tem de dar condições para isso, não só ao nível da formação, do gabinete ao investidor mas também condições que já existem, mas que devem ser reforçadas, no âmbito da integração, no âmbito dos apoios a fundos de candidaturas que são feitas. Área de desporto, há hoje mais e melhores infra-estruturas. Meinedo, tem lá um gimnodesportivo mas foi só porque mudou de cor a Junta de Freguesia passou a ser um modelo, dantes não era. Temos equipas que participam em campeonatos como o Nelson disse, temos equipas que se destacam, e se qualquer um de vós que vá a Beja como eu fui, disse que era de Lousada, e toda a gente soube dizer, AD Lousada, equipa de Rugby de Lousada, até me falaram da banda que era conhecida a nível do país. Emancipação jovem. Eu e alguns colegas que aqui estamos, participamos em reuniões, fizemos propostas no âmbito da porta sessenta e cinco, muitos criticam mas propostas não há. Eu posso criticar este orçamento de cima a baixo, dar propostas para ele ser remendado, se calhar já é mais difícil. Nós temos de ver os dois lados. Senhores vereadores, aqui há uns tempos, abri um relatório de mil novecentos e oitenta e nove, sobre ensino básico em Portugal, lá constavam os “case study” da Escola Secundária de Lousada com os piores índices que possam imaginar, falava-se de delinquência, taxa de absentismo, taxa de reprovações. Alguém me pode dizer se hoje em dia se diz o mesmo da Escola Secundária de Lousada? Toda a gente faz perguntas e ninguém fez o trabalho de casa que é a parte mais difícil, perceber qual era o antes e o depois, para perceber os casos. E a Escola Secundária de Lousada pode não ser em tudo mas já é um exemplo. Há pouco abri o Jornal Forum e tinha lá que havia pessoas da Escola de Nevogilde que tinham ido a uma acção de formação da Microsoft num canto qualquer da Europa, Amesterdão, Holanda. Se puderem incentivar isto, aconselho-vos. Associativismo jovem, quero enaltecer e isto também no âmbito do orçamento, isto tem de estar orçamentado, senão não poderia ser realizado. Foram criadas duas associações juvenis no concelho, salvo erro, foi a Associação de Bombos de Sousela e o Clube Juvenil de Lustosa, segundo soube teve todo o apoio administrativo da Câmara e até teve o apoio da Câmara no transporte que foi necessário fazer para registar as associações ao Porto. E agora? É preciso trabalhar, quando se assume

responsabilidades é preciso trabalhar e é preciso auxiliar na medida do possível, se não queremos aumentar os custos no orçamento, as despesas no orçamento, é preciso pôr a sociedade civil a trabalhar. Não pode ser só um a puxar a carga que vem atrás. Temos de ser todos, Câmara, membros da Assembleia Municipal, presidentes da Junta de Freguesia, presidentes das Associações e Órgãos Sociais das Associações, etc. É preciso trabalharmos todos em prol do concelho.» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Já é habitual intervir no plano e orçamento, só para dizer aquilo que já tenho dito aqui, muitas vezes fico a pensar se vivemos todos na mesma terra, sobretudo quando ouço a questionar sobre o que se tem feito em termos da acção social. Acho que todos nós temos a noção, pelo menos quem vive aqui em Lousada, ou quem participa activamente na vida de Lousada, sabe perfeitamente a obra que se tem feito em termos de acção social é uma coisa tremenda mas sobretudo até por pessoas que estão à frente de organizações deste país. Esse reconhecimento nomeadamente o Dr. Leandro que é padrinho de uma pessoa que eu e o meu cunhado conhecemos perfeitamente bem, e tem manifestado a admiração pelo trabalho que tem sido feito aqui em Lousada, e quando vejo essas críticas dizem que não está no orçamento. Não interessa se está ou não no orçamento o que interessa é que está feito e se fazem as coisas e esse trabalho acho que ninguém pode desmentir que existe e que é um trabalho extremamente profícuo. Relativamente ao Complexo Desportivo, também penso, que não sei em que século estamos, se estamos todos na mesma Europa, acho que a melhor coisa que aconteceu a Lousada, se calhar neste últimos anos, se calhar neste ultimo século, vai ser a conclusão deste Complexo Desportivo Municipal. Nós já temos a noção das pessoas de fora que nos visitam por este Complexo. O Complexo não é só para as pessoas de Lousada, não é, é para todos os lousadenses, hoje o acesso de qualquer freguesia a Lousada é extremamente fácil. Tenho de incentivar este executivo para que continue a fazer isso porque é a melhor coisa que se faz por Lousada. Há pouco referenciaram que algumas colectividades deste concelho estão a desaparecer, nomeadamente Casais. Eu estou à vontade para falar de Casais porque o estádio tem o nome do meu sogro a minha mulher é de lá mas o senhor Mota sabe que Casais nunca deu um único

jogador para Lousada, trabalhou as camadas jovens, a Câmara gastou imenso dinheiro, e quem foi o beneficiário disso estes anos todos? Freamunde. Por isso é que, se calhar, centralizar as actividades é muito mais eficaz de que descentralizar pelas freguesias, onde continua a haver apoio. Se forem a ver todas as freguesias ou quase todas tem uma equipa de futebol. Quantos pavilhões já temos? E eles não caíram do céu. Eu entendo que este é um orçamento que tem muito mais do que aquilo que está no papel. Estamos aqui há muitos anos, sabemos que é assim, o orçamento é uma folha informativa, quase. A realidade é aquilo que nós vemos. Lousada tem melhorado, tem progredido, e bem hajam por ter feito um novo orçamento e plano de actividades que certamente irá contribuir para que Lousada continue a ser o melhor sítio para nós todos vivermos.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: «Eu confesso que partilho um pouco da opinião do Dr. Mário. Estava a ouvir as intervenções sucessivas da coligação e a determinado momento até pensei que se tinham enganado na distribuição da agenda e que porventura tivessem distribuído o orçamento de outra Câmara qualquer. Bom, foram tantas as questões que não sei qual a ideia, se é por à prova quem está aqui para responder, ou se é de facto serem esclarecidos. Se a ideia é serem esclarecidos, nós nunca negamos esclarecimentos a quem quer que seja. E posso começar já por aí, porque uma das críticas que foi feita, foi que este documento é um documento fechado, foi apresentado à oposição para aprovar ou reprovar, não lhe foi dada qualquer possibilidade de fazer sugestões. Eu quanto a isto quero desde já dizer que, este documento foi entregue com uma antecedência superior àquela que nos é imposta pela lei, foi manifestada a possibilidade aos senhores vereadores de consultar o documento e junto dos serviços da Câmara Municipal obterem os esclarecimentos necessários. Ainda hoje, estive a falar com a chefe de divisão do departamento financeiro e ela deu-me nota que estava à espera que a contactasse e que ninguém pretendeu esclarecimentos. Pasma-me, que depois aqui na Assembleia Municipal se ponham a fazer questões de rubricas, e que valor é este, como se eu ou porventura outra pessoa qualquer pudesse responder a estas questões de pormenor. De qualquer modo, queria fazer uma referência que me parece importante, conforme podem ver na acta da reunião de Câmara, os senhores vereadores manifestaram a sua discordância e aproveitaram para fazer algumas sugestões, e de facto é estranho que essas sugestões contemplem apenas freguesias cujas Juntas são governadas pelo PSD. Até porque na fase anterior à campanha eleitoral naquelas famosas visitas às freguesias, quando se liam os artigos as

desgraças eram só nas freguesias governadas pelo PS. Isso é estranho. Depois é necessário ter em conta que nem tudo tem que estar no PPI. O plano plurianual de investimentos diz respeito apenas à aquisição de bens de capital. O apoio que tem sido dado às Juntas de Freguesia, às colectividades não tem que constar, nem pode constar do PPI porque são transferências de capital, isso tem de constar do orçamento. Relativamente à questão dos equipamentos culturais nas freguesias. Já nem sei quem é que disse, uma coisa curiosa, que era, que este PPI não previa qualquer equipamento cultural, eu aconselho a ler com mais cuidado o documento e podem ver certamente lá, o Centro de Interpretação Arqueológica de Cristelos. Uma outra crítica que aqui se ouviu é que este documento é muito centralista. Só para terem uma ideia, para recordar, nestes últimos tempos alguns equipamentos para o quais a Câmara contribuiu na sua construção, na sua melhoria, na sua beneficiação. Por exemplo: Centro Social e Paroquial de Caide de Rei, é certo que a primeira valência não é cultural, mas há uma série de equipamento que a Câmara ao longo destes tempos tem apoiado que tem valências múltiplas, religiosas, sociais e culturais, é o caso do Centro Social e Paroquial de Caide de Rei, é o caso do Centro Social e Paroquial de Sousela, do Centro Social e Paroquial de Lustosa, do Rancho de Nogueira, da Associação Cultural e Recreativa de Pias, da Associação “ Os Pienses”, equipamentos em Figueiras, Torno, Ordem, o Cais Cultural em Caide de Rei. Para dois mil e dez por exemplo, embora isso não resulte aqui dos documentos, isto que aqui está é um documento, não é nenhuma fotografia, está já assumido que vamos colaborar na conclusão do Centro Social e Paroquial de Caide de Rei, vamos colaborar com as obras do Centro Social e Paroquial de Macieira e temos já uma série de pedidos de colectividades para paulatinamente irmos ajudando na persecução das suas actividades. É desta forma que temos vindo a trabalhar e é desta forma que vamos continuar a trabalhar. Relativamente a equipamentos desportivos, que centralismo é este quando no PPI estão previstos cinco pavilhões gimnodesportivos pelas freguesias do concelho, nesta fase, Cernadelo e Santo Estêvão, mais dois pavilhões que estão contemplados nas empreitadas do Torno e de Lustosa e mais o pavilhão que também está contemplado na empreitada da E.B. 2, 3 de Nogueira. Quanto á critica de que a requalificação e a modernização dos parques desportivos dispersos pelo concelho, que o PPI não prevê qualquer ajuda para esse efeito. Não prevê, nem nunca previu, nem pode prever. Por aquele argumento que há bocado acabei de explicar, o PPI diz respeito apenas a aquisição de bens de capital. Portanto como não são investimentos municipais não pode constar. O enquadramento para essas situações é no

orçamento através das transferências de capital. Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesias, elas, ao contrário do que foi dito, não são simbólicas, têm valores reduzidos no que respeita a transferências correntes por comparação com as transferências de capital, mas exactamente por isso, estamos a falar de transferências correntes. Em termos de transferências de capital, o valor não é aquele que nós desejávamos apresentar, é um valor razoável, muito embora há a vontade e o compromisso de vir a reforçar este valor adiante porque é preciso ter em conta que este é um instrumento dinâmico. Isto faz-se em todos os lados, vai haver revisões, vai haver alterações e reforços. É uma das rubricas que nós vamos certamente reforçar. Depois é necessário também deixar aqui três notas que me parecem muito importantes: a primeira tem que ver com as despesas correntes, pode-se dizer o que quiser, números são números, e os números são estes, há um aumento de apenas de dois vírgula sessenta e cinco por cento no que respeita às despesas correntes e daqui concluiu-se uma coisa muito simples, há um esforço de contenção e uma aposta clara no investimento. Relativamente às despesas com pessoal, eu achei curioso virem para aqui comparar valores de dois mil e oito para dois mil e dez. Isto é uma falácia completa. Se vocês compararem a percentagem da despesa com pessoal em dois mil e dez, com a despesa com pessoal em dois mil e nove a conclusão é que reduzimos mas isto é falacioso, eu nunca diria uma coisa destas. Porque também é falacioso estar a comparar dados de dois mil oito para dois mil e dez. Depois é preciso ter em conta outras coisas, é que neste aumento com a despesa com pessoal, é preciso ter em conta outras coisas, é que neste aumento da despesa com pessoal, temos aqui equipamentos novos que vão exigir a contratação de mais gente, mas se por um lado há o aumento da despesa também há o aumento da receita, porque quem vai suportar os custos desse pessoal é o ministério da educação, estou a falar em concreto da E.B. 2,3 de Nogueira. Por outro lado, e não querendo ser exaustivo, é bom dar alguns exemplos para vocês ficarem elucidados, há aqui pessoal que vai ser contratado mas não vai haver aumento de despesa, depois vamos ter esse ponto da contratação de pessoal, porventura aí poderei dar mais alguns esclarecimentos mas interessa desde já referir que no que respeita às AEC's os técnicos superiores de educação musical em dois mil e dez vão ser contratados directamente pela Câmara, quando no ano anterior era através de protocolo, através do conservatório. A Câmara já tinha essa despesa só que era uma despesa de transferência agora é uma despesa de pessoal. Quanto à despesa de capital, e isto é que é o cerne da questão, a meu ver, neste orçamento é que há aqui um aumento de cinquenta e cinco

vírgula cinquenta e seis por cento de despesa de aquisição de bens de capital, ou seja, investimento, este aumento de investimento é colmatado por um aumento das transferências de capital, grande parte deste investimento com financiamentos do Quadro de Referência de Estratégica Nacional. Como já foi dito também a maior fatia é para a educação, quarenta por cento do investimento, estamos a falar de catorze centros escolares, nesta fase, mais a E.B. 2,3 de Nogueira, dezoito por cento para desporto e lazer, dezassete por cento para reabilitação urbana e onze por cento para saneamento. A questão do Sr. Xavier Pires colocou da administração directa, nós temos a perfeita noção de que vale a pena apostar na administração directa, vamos continuar a fazê-lo, porque entendemos que conseguimos fazer mais com menos recursos. Agora por uma questão de estratégia neste orçamento, há mais obras por empreitada porque obtemos obter financiamento do QREN, e as obras feitas por administração directa não são passíveis de financiamento, mas de qualquer modo vamos continuar a apostar na administração directa. Relativamente à intervenção da Dr.^a Cláudia Lousada, eu confesso que já não falo há muito tempo com a Dr.^a Cláudia Lousada, ela não deve ter acompanhado o que se passa em Lousada nos últimos tempos, porque só assim se compreende a intervenção que teve. Eu vou pedir à Dr.^a Cristina para dar umas explicações concretas sobre esta matéria, mas queria também deixar aqui duas ou três notas: primeira, na acção social estamos a lidar com pessoas, com dificuldade das pessoas, isso não deve ser objecto de publicidade, isso deve ser feito de forma recatada, respeitosa, e portanto é preciso ter muito cuidado nesta matéria. A acção social não é só ajudar os indigentes, a acção social é cada vez mais ajudar quem trabalha, quem ganha sustento mas passa algumas dificuldades e por isso é que ainda na última reunião de Câmara quando apresentei a proposta de aprovação das tarifas de água e saneamento, propus e a Câmara votou favoravelmente, a previsão de tarifas sociais, porque nós estamos num país em que há imensas ajudas para quem não trabalha e poucas para quem trabalha. Por isso, nós prevemos as tarifas sociais para aqueles agregados familiares cujo rendimento bruto não ultrapasse o salário mínimo nacional e a redução de cinquenta por cento para aqueles cujo rendimento não ultrapasse dois salários mínimos nacionais. Isto também é social, agora não andamos aqui com uma bandeira e seguindo sugestão que o senhor capitão Barros há bocado fez, publicitar para as pessoas terem conhecimento e poderem beneficiar desses incentivos.» -----

----- Eram vinte e três horas e onze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Resposta da Sr.^a. Vereadora Cristina Moreira: «Muito embora já tenham sido feitas algumas considerações pelo meu colega, eu julgo que precisaria de bastante tempo para conseguir fazer aqui um apanhado dos dois PDS (Plano de Desenvolvimento Social). Estamos a falar de seis anos e não é muito fácil. Em relação ao orçamento, o orçamento da acção social, é um orçamento, por um lado participado, é feito com a segurança social que tem a tutela, não está escrito em nenhum documento que rege os serviços municipais, que deva ser a Câmara a fazer o que for em questões sociais. Nós devemos apenas prevenir. Quem tem a tutela, quem deve investir e ter o envelope financeiro é a Segurança Social. No entanto nós Câmara Municipal temos um papel muito importante porque somos obrigatoriamente presidente da Rede Social, e foi nesse sentido que nós executivo, temos trabalhado, para conseguir ter um orçamento participativo, ou seja, todas as Instituições de Solidariedade Social e a Segurança Social do concelho tenham o máximo de orçamento para aplicar em Lousada. Nesse sentido, e remeto ao último PDS, que foi esse a Dr.^a. Cláudia falou, uma vez que já estamos com outro PDS. Nós tínhamos quatro estratégias, dessas quatro estratégias, e eu vou tentar ser sucinta, o que é que nós fizemos, o que tínhamos conseguido ou não? É uma boa pergunta nesta altura porque terminou em dois mil e oito o último PDS e temos já um novo em execução. Em relação à questão da problemática do abandono escolar, o que é que foi feito? Bastante, digo-lhe até, mais do que em qualquer outro lugar. Nós, e como dizia o senhor deputado João da bancada do PS, há uns anos atrás Lousada, assim como todo o Vale do Sousa, éramos conhecidos pela parte negra em relação aos números, esses números, neste momento, estão completamente invertidos. Não foi só pela acção da Câmara, é bom que se diga isto, foi pela acção em conjunto de alguns parceiros privilegiados da rede acção social, mas no fundo por toda a rede que se conseguiu ter neste momento o concelho do país com a menor taxa de abandono escolar, e com uma das maiores taxas de sucesso. Isso é comprovado, facilmente, até pelos rankings, e pelos exames, quer do nono ano, quer do decimo segundo ano e até pelos do quarto ano. Isso foi completamente visto e revisto nas várias acções que os agrupamentos tiveram de avaliação interna, onde os próprios inspectores de IGE, ficaram perplexos com a actividade que se fazia entre todo os actores sociais deste concelho. E devo nomear aqui os agrupamentos de escola que eram parte

integrante do grupo deste segmento e que conseguiam fazer tudo, e fizeram, alteraram os seus percursos escolares dentro da própria escola diversificaram, inovaram, empenharam-se e depois solicitaram ao parceiro Câmara Municipal aquilo que lhes faltava e achavam que era fundamental. Uma equipa de psicólogos para conseguir fazer a ponte entre o tecido social e tecido educacional. Esses psicólogos foram integrados na equipa de técnicos da Câmara Municipal levam por ano cerca de cento e vinte mil euros, só aí está um investimento de três anos, trezentos e sessenta mil euros. Com essas equipas constituiu-se um projecto que se chama o projecto DICAS, que é conhecido nacionalmente, e que através da CPCJ fez um trabalho de excelência. Aquilo que realmente a Dr.^a Cláudia disse não é inteiramente verdade, o que está escrito na lei, era muito bom que assim fosse, que tudo que está escrito nas leis portuguesas fosse cumprido, a começar pelo código da estrada. Realmente estava escrito na lei que os meninos deviam vir da escola e os directores de turma deviam sinalizar, deviam ir para CPCJ, mas não vinham, na verdade não vinham. Por outro lado a Câmara estando com a tutela da CPCJ não tem varinhas de condão e não há milagres. A única coisa que a Câmara tem neste momento e todas as equipas estão neste momento a trabalhar connosco, é a tentativa de conseguir fazer com todo os parceiros que estão envolvidos nas problemáticas que também estejam nas soluções, e assim, num esforço conjunto foi conseguido algo que me parece que é plausível de todos entenderem, como sendo o mais positivo, que é a aplicação da lei o máximo possível, mas mesmo assim ainda continua a haver algumas fugas e mesmo assim, nós temos um trabalho bastante criterioso. Em relação às dependências, como deve calcular e tendo estado onde estive, é uma área muito sensível e diz respeito à saúde. Agora eu pergunto, o que é que a saúde fez durante tantos anos para a questão das dependências? O que nós fizemos foi simples, havia uma oportunidade ótima que era do IDT que também era nosso parceiro na Rede que tinham candidatura ao plano de respostas integradas contra as dependências. Nós candidatamo-nos e conseguimos arrecadar duzentos e trinta mil euros para dois anos com uma equipa técnica de seis elementos que está no terreno há um ano. Apresentou esta semana o resultado desse primeiro ano e neste primeiro ano, na perspectiva da prevenção, é um trabalho feito de um ano e que vai continuar em todos os agrupamentos de escolas, nos elementos do RSI, habitação social e famílias com comportamentos desviantes. No que diz respeito à remediação, como devem calcular nós estamos aliados ao Centro de Resposta Integrado, CRI de Freamunde, isto porque na questão da remediação tinha de ter um espaço que seja supra municipal e nós

concordamos todos em que ficasse esse espaço em Paços de Ferreira. Neste momento temos sessenta indivíduos em tratamento na equipa de Paços de Ferreira. No que diz respeito às respostas sociais não é verdade que deva ser a Câmara a fazer as candidaturas. A Câmara não tem cariz social, assim como não tem escolas, não tem hospitais, porque haveria de ter respostas sociais? A essas no nosso país são as IPSS que estão responsáveis, podíamos ter mais IPSS's? Podíamos, mas também não é preciso ter muitas, precisamos é de ter boas IPSS's que tenham respostas suficientes para todos os públicos alvo. No menor número em relação, por exemplo aos idosos, não queremos ter idosos arrumados para o canto mas sim integrados na sociedade, e isso nós conseguimos fazer na nossa carta social e sabemos exactamente neste momento quantos equipamento precisamos e onde. E posso dizer-lhe que é mentira quando diz que não temos respostas, temos, nós só creches que a Rede achou que estava em falta, e a Rede como todos nós, eu tenho aqui vinte e cinco elementos da Rede e na altura todos concordaram que as prioridades eram as creches e as respostas para as deficiências. Para as creches temos neste momento aprovadas e em construção a creche de Macieira e a creche de Silvares e temos já em fase de aprovação duas em Lustosa. Posso-lhe dizer que neste momento apenas Nespereira poderá candidatar-se a mais uma em alargamento quando estiver em condições porque tinha um problema com o terreno e não puderam fazer a candidatura. No que diz respeito à deficiência. Não sei onde a Dr.^a. Claudia viu esse valor, esse zero, não existe. Foi aprovada, seiscentos e sessenta mil, uma resposta de CAO e de Lar Residencial para Dependentes, onde temos situado ali perto da escola secundária, num terreno cedido pela autarquia em direito de superfície, já está aprovada e está em início de construção, está também neste momento a própria Santa Casa de Misericórdia, a IPPS com um projecto inovador, diria quase de NUT II, porque ultrapassa de longe a NUT III. Deixo para ultimo a questão da formação emprego e peço desculpa muito mais havia a dizer. Nesta questão muito foi feito e é a prioridade do concelho, tenho muito orgulho em dizer que muitos dos senhores presidentes de Junta aqui presentes, eles próprios são elementos, motores desta questão da qualificação, pois nas Juntas de Freguesia os dois CNO's estão neste momento a realizar muitas acções de formação. Temos os dois CNO's com centenas de inscrições, a passar já o milhar, no que diz respeito ao CNO da Secundária e temos quatro gabinetes a trabalhar na questão da empregabilidade. Muito mais havia a dizer sobre isso o trabalho está ser feito articulado e de uma forma conjunta. Se virem a tabela do desemprego do mês de Novembro de dois mil e nove na região NUTT III Tâmega, a

taxa de desemprego de Lousada é de cinco vírgula oito, é a segunda mais baixa do Vale do Sousa e a terceira do Tâmega, dentro desta taxa a questão dos jovens está devidamente acautelada somos o concelho que tem a percentagem de jovens desempregados mais baixa. O nosso problema está nas pessoas mais velhas, sobretudo nas mulheres e com baixas qualificações. Temos cerca de dois mil e duzentos desempregados inscritos no centro de emprego, mil e oitocentos dos quais tem menos do sexto ano. A urgência da qualificação é bastante grande e há já projectos em desenvolvimento para isso. Em relação à organização, devo dizer que o Contrato Local de Desenvolvimento Social trouxe para Lousada quinhentos e oito mil euros, o CRI duzentos e trinta mil, o DICAS cerca de cento e vinte mil por ano, o Gabinete de Inserção Profissional cento e vinte mil, o Projecto PALADIN que é o primeiro projecto Europeu da NUT III Tâmega setenta e cinco mil, e temos no orçamento orçamentado sessenta e três mil euros de apoio directo às instituições e cinquenta mil para apoio a famílias carenciadas, isto para que possamos no MEISI que é o Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrado, compartilhar algumas lacunas que o próprio sistema nacional não se compadece. Devo dizer que criamos vários serviços especializados na autarquia que a própria Segurança Social neste momento faz de bandeira, de exemplo para outros concelhos, nomeadamente serviço de apoio à família, serviço de apoio a violência doméstica Flor-de-lis, CIMPD - Serviço de Informação, Mediação de Pessoas com Deficiência, o serviço de habitação social e o banco de voluntariado. Neste momento Lousada é o primeiro concelho do país que está a organizar uma rede no protocolo que foi assinado, a semana passada, faz hoje oito dias, em que todas as técnicas de serviço social sejam da Câmara, Segurança Social ou IPSS's são organizadas em território em primeira linha, em segunda linha com serviços especializados e em terceira linha com um conjunto de organismos, nomeadamente, de nível distrital como o Centro Hospitalar do Vale do Sousa, como o IDT, como o IPJ, como a Universidade do Porto que nos estão a dar tutela e certificação a este modelo como sendo inovador e digno de ser realmente apoiado. Devo dizer que não é fácil quando entrei para esta Câmara tínhamos no concelho nove técnicas de serviço social, hoje estive num almoço com todas as técnicas e estavam trinta e cinco pessoas. Muito trabalho se fez, muitas famílias se ajudam, há razões para crer que para além do trabalho e do aumento das técnicas há um bom ambiente, é possível confraternizar. Eu peço desculpa mas se quiserem mais esclarecimentos o meu gabinete é neste andar, podem marcar, que terei todo o gosto em responder.» -----

----- Eram vinte e três horas e vinte e nove minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Filipa Maria Ventuzelos. -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, (continuação): «Em relação à intervenção do senhor Simão Ribeiro. Eu já dei algumas explicações sobre a questão do desporto e da cultura, muito embora, vá pedir ao senhor professor Vilar para dar o testemunho dele. Não obstante queria aqui deixar duas ou três notas: primeira, de facto o senhor presidente em reunião de Câmara disse que as colectividades dependem em grande medida da disponibilidade das pessoas que trabalham de uma forma gratuita. Isso é verdade todos nós sabemos, todos nós sabemos que é esse espírito que deve ser implementado e nunca o subsídio-dependência. Os subsídios devem ser um incentivo e nunca o principal sustento de qualquer colectividade. Aliás ainda ontem estive numa comemoração de aniversário da União Recreativa e Cultural de Macieira, onde pude testemunhar um trabalho desse tipo, um trabalho de uma colectividade de poucos recursos, que não tem tido nos últimos anos em termos de apoio de subsídios mas não obstante isso tem conseguido crescer de uma forma significativa. Actualmente tem setenta atletas com uma componente que me parece fundamental, para além da componente desportiva, um acompanhamento pessoal, eles querem saber o que é que se passa com os miúdos, o que é que se passa com eles na escola, se estão a ter aproveitamento se têm faltas e quando isso acontece pedem aos professores para lhes comunicar, falam com os pais, é esse tipo de trabalho que uma colectividade de facto deve desenvolver. Relativamente ao Complexo, eu não sei qual é o complexo que vocês têm com o Complexo. Se calhar até sei. Esta obra não se enquadra no quadro da desgraça que vocês querem pintar para Lousada e de facto o Complexo não encaixa naquele quadro. Se calhar preferiam um mastro. O hóquei não aparece na televisão o mastro aparece. Mas eu vou pedir ao senhor professor Vilar para dar o seu testemunho.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar: «Vou procurar ser breve mas dentro desta brevidade não posso deixar de expressar a minha preocupação, e lamento não ser médico, porque se o fosse saberia como prescrever algum medicamento, que sobre tudo, avivasse a memória de alguns. Eu percebo que alguns intervenientes na altura em que as coisas começaram a mudar, eram de facto ainda recém-nascidos, meninos de escola, sem qualquer desmerecimento para esta expressão. Portanto a sua memória já não

consegue ir atrás buscar a situação em que vivíamos, por exemplo em oitenta e nove, e outros fazem parte se calhar do grupo dos homens de memória curta, porque senão, não se atreveriam a colocar neste espaço de debate algumas situações que colocaram. E para chegar à resposta final deixem-me apenas aqui em meia dúzia de tópicos lembrar-vos oitenta e nove, para chegarmos à resposta daquilo que chamaram, “programa elitista e centralista do associativismo e da Cultura”. O estádio da ADL em oitenta e nove não tinha relvado, os equipamento desportivos que tínhamos eram poucos, e na grande maioria sem condições. As sedes sociais dos clube e das associações culturais, aquelas que hoje existem, na maioria não existia. Tínhamos apenas no espaço de vinte e seis freguesias um pavilhão desportivo que era o da escola preparatória. Não havia biblioteca, nem bibliomóvel nem bibliotecas escolares. Pré-escolar, havia duas salas. Auditório não existia. Espaço AJE ou espaço artes não existia. EB 2,3 havia apenas uma. Escola Secundaria era insuficiente. Havia outros exemplos que eu vos podia aqui ajudar a recordar. Falando em descentralização e ao fim destes anos, e penso que dentro de sensivelmente mais um ano e pouco, nós teremos qualquer coisa superior à média de um pavilhão para cada duas freguesias. Estamos a falar de catorze pavilhões desportivos. Eu pergunto-vos, qual o município do país que tem esta percentagem de equipamento desportivos cobertos para uma população inferior a cinquenta mil habitantes? Eu posso enumerá-los se tiverem dúvida. Segunda questão, as obras faraónicas o senhor Dr. Pedro pôs aqui em paralelo o famigerado mastro que tem sido notícia e que custará supostamente um milhão de euros. De facto nós com um milhão de euros terminaríamos o Complexo Desportivo, provavelmente. Complexo Desportivo, que como aqui já foi dito, nos tem trazido não amargos de boca mas grandes satisfações. Eu tive a oportunidade de, há cerca de um mês, participar na gala de Federação Portuguesa de Hóquei e das doze distinções anuais que foram feitas nesta modalidade, seis, vieram para Lousada. Grande elite, estou orgulhoso dela. Os nossos campos multifuncionais são hoje um exemplo para o país conhecido de norte a sul. Expliquem-me como é que no ano de dois mil e oito conseguiram passar por estes equipamentos, duzentos e quinze mil utilizadores, se isto não fosse de facto uma obra de referência e um ponto de projecção estratégica do desporto para o município. Falou-se do estádio de futebol, falou-se da pista, falou-se do ténis, é evidente que é uma fase que queremos levar por diante como já fizemos com as outras, exactamente, porque estamos numa fase última de poder aproveitar fundos comunitários. O investimento que fazemos ali não é tão faraónico como isso, os setenta e cinco por cento deste investimento

são comunitários, contrariamente ao que se fez até oitenta e nove, que deixamos que os fundos comunitários que cabiam a Lousada fossem para os concelhos circunvizinhos, á espera de uma grande pista para Lousada automobilismo, que nunca se conseguiu. Nós nesta matéria estamos preocupados em criar um equipamento de referência local, regional, nacional e internacional. Estamos convictos e temos tido a prova de que com um equipamento de referência conseguiremos dar passos que outros não têm dado.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa: «Só mesmo para concluir. Penso que com estes pequenos apontamentos ficou de alguma forma esclarecido, espero eu, nós procuramos e temos procurado ao longo dos anos, descentralizar. Temos procurado quer em termos culturais, quer em termos desportivos, apoiar, sobre tudo quem trabalha, e não, quem está à espera do peixe já pescado. E tem sido demonstrado cabalmente que se em algum momento o fazemos acaba por resultar mal. Em termos de equipamentos que hoje temos no concelho, aqueles que têm à sua frente direcções capazes, direcções dinâmicas, têm conseguido levar por diante o trabalho, seguramente com mais dificuldades do que no passado, mas isso penso que é, transversal a toda a sociedade lousadense, como portuguesa como europeia ou mundial mesmo. A carolice que era apanágio de muita gente, hoje começa a escassear, e isso também dificulta aquilo que é o trabalho associativo. Todavia temos estado envolvidos não apenas com aqueles que são nossos ou com aqueles que não são aparentemente nossos, temos procurado trabalhar com toda a gente. O caso que aqui veio do Vale Mesio, é um caso em que apoiamos a primeira fase construção, ajudamos a garantir o financiamento do estado à construção, e em que, numa fase seguinte, tudo fizemos para uma nova candidatura que infelizmente não teve sucesso, mas é do conhecimento da associação, do senhor presidente da Junta de que temos uma estratégia delineada com eles, para levarmos as obras a conclusão. Não metemos a cabeça debaixo da areia, como podem crer fazer acreditar a quem vos ouve. Não desviamos o olhar dos locais onde há problemas. Agora, nós não somos a solução, nós podemos ser parte da solução. Nós queremos investir em quem quer trabalhar, porque nós também o fazemos todos os dias com abnegação, dedicação, empenho e seriedade.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, (continuação): «Relativamente à intervenção da Dr.^a Vanda Bragança, “presidentes de Junta não foram tidos nem achados na elaboração do orçamento”. Os

senhores presidentes de Junta são ouvidos diariamente, todos eles, quando querem sabem que podem falar connosco, diariamente, pessoalmente, pelo telefone. É óbvio que neste processo de desenvolvimento não podemos trabalhar sozinhos, temos de trabalhar com todos, sem fazer discriminações político-partidários. Portanto é nesse sentido que temos de caminhar. Falou aí num plano estratégico de transferências. A Dr.^a tem formação jurídica sabe que isso não se enquadra em lado nenhum. Sabe perfeitamente que quem tem a obrigação de financiar as Juntas de Freguesia é o Estado. Agora, exactamente, por essa vontade de trabalhar em conjunto, por ter noção que o resultado é muito mais profícuo se for integrado, por isso é que nós temos feito esse esforço de trabalhar em conjugação com as Juntas de Freguesia, fazendo as transferências de capital, através da celebração de diversos protocolos de obras e melhoramento. Quanto à intervenção do Dr. Carlos Nunes penso que já respondi a parte. Relativamente a existir do PPI obras já realizadas. São apenas duas, que me lembre, e tem que ver com a execução financeira ainda não estar concluída, e haver ainda uma hipótese por remota que seja, de enquadrar essas obras em candidatura e portanto decidimos abrir essa rubrica. Referiu, oitenta mil euros de transferência para as colectividades. Sinceramente não sei onde foi buscar esse valor, o que eu vejo em termos de transferências correntes para instituições sem fins lucrativos são seiscentos e vinte oito mil euros, mas confesso que tinha de trazer uma secretária para me auxiliar no rol de questões que aqui foram colocadas. Algumas das quais de resposta simples certamente se houvesse tempo para me inteirar daquilo que havia a esclarecer. Relativamente à questão dos empréstimos já autorizados, se por ventura já foram accionados. É óbvio que eles só podem ser accionados depois da obra começar. Presumo que saiba que essas obras não começaram e como tal os empréstimos não foram accionados. Quanto há questão, porquê que este orçamento não foi apresentado na Assembleia anterior. Eu também presumia que sabia, mas passo a esclarecer. A necessidade de se fazer esta Assembleia extraordinária decorre do facto de termos de aprovar o regulamento de taxas, ele esteve em discussão pública, tivemos que aguardar pelo decurso desse prazo e não foi possível agendar esse assunto para a última Assembleia Municipal. Qual a urgência desse assunto? Prevesse que as taxas que estão em vigor fiquem automaticamente revogadas a trinta e um de Dezembro deste ano, senão aprovássemos este ano este Regulamento de Taxas, a um de Janeiro eram nulas as taxas e não as podíamos cobrar. É possível até que o governo venha a prorrogar mais um ano a entrada em vigor dessa lei, mas o nosso trabalho está feito, e por isso decidimos fazer esta Assembleia. E como tal aproveitamos também

para introduzir o assunto do orçamento para termos mais tempo para o preparar. Quanto á questão de isto ser um plano pouco plurianual, de praticamente dizer respeito só a dois mil dez. Eu também presumia que sabiam porquê que isto é assim. O que nós estamos aqui a discutir não é o plano plurianual de dois mil e onze. Estamos a discutir o plano plurianual de dois mil e dez e nesse plano de dois mil e dez só devem constar as obras que se projectem por mais de um ano. Quanto à questão de hipotecar o futuro, pode estar descansado que nós somos cautelosos, não vamos hipotecar o futuro porque contrariamente aquilo que vocês pensam, nós não estamos de saída, e portanto vamos continuar a ter uma gestão cautelosa de rigor. O orçamento que aqui apresentamos é exactamente um orçamento de rigor, ao nível das despesas correntes um orçamento de contenção e ao nível do investimento um orçamento ambicioso.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: «A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2010, Orçamento da Despesa, Receita e Plano Plurianual de Investimento, nos termos da alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro». -----

----- A proposta número dois foi aprovada por trinta e dois votos a favor, onze contra dos seguintes membros: José Augusto Campos Barros, Carlos Manuel Soares Nunes, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, José Manuel Teixeira Gonçalves, Joaquim José Correia Bessa, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, António Filipe Cardoso Barbosa, Branca Cecília Vieira de Sousa, Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira e três abstenções dos seguintes membros: João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Declaração de voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Votamos contra este orçamento desde logo pela postura assumida perante este documento, e aqui verificou-se, ficou patente, refugiam-se no fim das voltas de intervenção para responderem às questões colocadas, quando o podiam ter feito a meio das voltas e não o fizeram. Segundo, de facto a postura

mantém-se, recorrem a uma memória longa que só o executivo socialista tem, para somar vinte anos de exercício e encontrar alguma coisa que justifique aquilo que este documento não têm. Nós olhamos para trás mas perspectivamos o futuro. Terceiro, temos um orçamento centralista, refém do nível das despesas correntes, assente em princípios pouco esclarecedores, para não dizer rigorosos, e redutor nas atribuições e na definição estratégica plurianual da actividade do município. Importantíssimo, descursa por completo o desenvolvimento integrado do concelho nas suas vinte e cinco freguesias. O nível de transferências de capital para as freguesias está abaixo dos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, está previsto para dois mil e dez, apenas setecentos e sessenta e cinco mil euros. Não prevê qualquer investimento no domínio da acção social, da cultura e outros investimentos com relevância no domínio da promoção e surgimento da actividade empresarial. Votamos ainda contra este plano plurianual e porque estamos a falar de um PPI também, reparem, é esta a previsão de investimento, quinze mil euros para zona industrial de Caíde, cento e quarenta e oito mil euros para zona industrial de Lustosa, setenta mil euros para iluminação, isto é o que está a título de exemplo. Votamos contra ainda este documento porque quando o senhor vereador diz que reduz-se o peso do pessoal, é aí sim, uma autêntica falácia. Comparativamente com dois mil e oito, quase que duplicamos o valor, quase seis milhões de euros, este valor em pessoal para dois mil e dez aumenta comparativamente com dois mil e nove, um milhão cento e dezoito mil quinhentos e noventa e cinco euros e cinquenta e um cêntimos. Depois a grande prioridade, a prioridade é a acção social, que de facto de ano para o outro aumenta dezoito mil euros. É esta a prioridade deste executivo.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia:
«Provavelmente vamos ter de alterar o Regimento porque se calhar esquecemos de dizer o que é uma declaração de voto. Isto é uma coisa extensa, o senhor fez uma intervenção política. Os senhores começam a fazer uma declaração de voto como deve ser, pequena ou então temos de alterar o Regimento. As declarações de voto devem ser sucintas em toda a parte do mundo é assim. -----

----- TERCEIRO PONTO: Aprovação da proposta de Recrutamento de Pessoal, Mobilidade de Contratação e Respectivo Mapa de Pessoal para o ano 2010 -----

----- Intervenção de Sr.^a Branca de Sousa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de mais endereço os meus cumprimentos ao senhor presidente da Assembleia, senhora secretária e senhor secretário, senhores vereadores, senhor presidente em substituição, senhores deputados, senhoras deputadas e restante público. Na Assembleia Municipal de vinte e oito de Novembro de dois mil e oito, aquando à intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal para discussão da aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e nove, o senhor presidente declarou e passo citar: "Quando fala que temos novecentos funcionários, digo-lhe e continuo a dizer aquilo que já lhe tinha dito anteriormente, temos no substancial, como dizia e bem, não tem nada a ver com as escolas, mas neste caso dos novecentos, cerca de metade vem das escolas, temos cerca de trezentos funcionários aqui a área daquilo que são actividades operacionais da Câmara, quatrocentos e pouco resultantes já do TIC, etc. Mas no substancial a gente que veio precisamente resultante das novas transferências de competências das escolas" Na reunião de Câmara em sete dos doze de dois mil e nove em esclarecimentos quanto à matéria de aprovação do quadro de pessoal referiu senhor presidente, e passo a citar: “O aumento e despesas com pessoal é de treze virgula cinco por cento, reflectindo o aumento anual dos vencimentos e contratação na sua maioria para dotar os centros escolares. De facto há uma política de rigor e contenção objectivando-se as áreas essenciais e governação para podermos ir ao encontro das expectativas dos nossos concidadãos”. Das referidas declarações do senhor presidente, não existem dúvidas que uma das medidas, para satisfazer as expectativas dos cidadãos lousadenses, é aumentar o quadro de pessoal do Município de novecentos para mil e setenta e oito funcionários, onde não estão incluídos os funcionários da empresa municipal, os funcionários da Lousada Séc XXI, os contratados pelo centro de emprego, avençados, estagiários, chefes de gabinete, assessores, entre outros, que igualmente prestam serviço ao município ou seja funcionários. Será que este aumento do quadro de pessoal, é verdadeiramente necessário? Será que, reflecte as necessidades do município para fazer face à organização dos vários serviços da autarquia, a nível de departamentos, divisões, secções e sectores a dividir as respectivas atribuições e competências? Será que este acréscimo do quadro de pessoal tem por finalidade obter a melhoria das condições de trabalho de eficácia e eficiência de todos os serviços? Nós Coligação “Lousada Viva”, queremos crer que sim, desde que este aumento do quadro de pessoal se venha a reflectir nas necessidades da população lousadense, através da aproximação dos recursos municipais aos utentes, pela prestação de melhores serviços e

aumento da qualidade da gestão e funcionamento do Município. Contudo, temos de nos questionar, o porquê da contratação de diversos técnicos superiores, a tempo indeterminado, quando é bem sabido que este tipo de contratações devem ser analisadas com cautela para verificar a real necessidade dos mesmos a longo prazo. Porque não começar com contratos por tempo determinado sempre que possível, como medida de rigor e contenção das despesas, e mesmo assim, continuar a satisfazer as áreas de governação? Quanto à mobilidade na administração pública, parece pacífica a necessidade de reafecção de funcionários públicos e readequação de determinados perfis/valências sócio profissionais, através de várias formas, nomeadamente, destacamentos, requisições, nomeações, licenças, etc. Neste recrutamento do quadro do pessoal, apenas cinco funcionários foram contemplados com este sistema de reafecção de pessoal. O que nos parece muito escasso e insignificante no universo de mil e setenta e oito funcionários. Por outro lado, causa-nos alguma estranheza, que se há um claro aumento do quadro do pessoal, porque continuam as despesas com consultadoria, pareceres e contratação dos serviços externos a aumentar gradualmente? Não nos parece coerente esta situação, uma vez que, se aumenta a contratação de pessoal, por que motivo ao mesmo tempo se continua a recorrer à prestação de serviços? A contratação de pessoal é uma mais-valia, para os cidadãos Lousadenses, uma vez que o Município de Lousada é a maior empresa contratante, permitindo a muitas famílias ter um emprego na função pública. Contudo, não quer isto dizer que toda a população Lousadense beneficie com isto, talvez seja mais ao contrário. É uma questão de ponderarmos. Deveriam estas medidas ser ponderadas para minimizar os custos com pessoal, pois como é do conhecimento geral, o número de funcionários públicos é excessivo o que acarreta no orçamento público uma grande parcela das despesas. Comparando, e a título de exemplo, com a realidade europeia, as despesas com o pessoal na economia pesam dez por cento no orçamento público, enquanto em Portugal pesam em média, cerca de catorze por cento. O Município de Lousada é exemplo disso, o aumento dos custos com pessoal chega aos vinte e dois virgula cinquenta e nove por cento, no orçamento público em dois mil e dez, e não treze virgula cinco por cento. E mesmo que fossem os treze virgula cinco por cento, continua o Município de Lousada com um aumento excessivo na contratação de pessoal. Se compararmos o número de habitantes Lousadenses com o número de funcionários públicos, temos um funcionário para cada quarenta e três habitantes. O que é excessivo, pois leva ao aumento de impostos para os contribuintes, e isto não significa que lhe serão prestados melhores serviços e haja maior eficiência e organização

na administração pública. Mas o que nós Coligação “ Lousada Viva” pretendemos é que o Município de Lousada preste um serviço melhor mas, frisamos, que se este município quer adoptar uma política de contenção e rigor, também o deverá fazer na contratação de pessoal, pois este recrutamento tem um peso significativo neste orçamento que já é escasso em receitas e abundante e despesas.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Pela leitura que fizemos desta proposta verificamos que uma grande parte do recrutamento de pessoal prende-se com anteriores contratos a termo certo. Não podendo os contratos ser renovados e assegurando desde já a contratação de pessoal não docente para escola EB 2,3 de Nogueira. Porque todos os pedidos estão fundamentados por directores de departamento, chefes de divisão, coordenadores técnicos, vamos votar favoravelmente esta proposta.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: «Novos contratos de trabalho para dois mil e dez. É necessário ter em conta diversas realidades que permitem concluir que o que acabou de ser dito não corresponde minimamente à realidade. De facto é preciso ter em conta, como disse o senhor presidente na reunião de Câmara, que há alguns trabalhadores, cuja contratação está prevista porque se prevê a abertura no ano lectivo de dois mil e dez a EB 2,3 de Nogueira, e que eu saiba ainda não inventaram fórmulas de pôr escolas a funcionar sem funcionários. Para que conste, está previsto contratar quinze trabalhadores, um coordenador técnico, quatro assistentes técnicos e doze assistentes operacionais. Conforme disse na intervenção sobre o orçamento, se é certo que isto implica um aumento da despesa, também é certo que do lado da receita há a contrapartida respectiva, uma vez que estas remunerações vão ser asseguradas pelo gabinete de gestão financeira do ministério da educação. Por outro lado é preciso ter em conta que parte dos contratos não vai ter reflexos em termos de aumento de despesa, e só por desconhecimento é que a Dr.^a Branca poderá ter referido algumas situações que referiu. Na verdade prevêem-se contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado mas que vão ser celebrados exactamente pela razão que apontou, em virtude de não ser possível renovar contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado. E neste caso, só a título de exemplo, estou a falar de seis técnicos superiores psicólogos, cinco assistentes técnicos dos espaços internet e setenta e cinco assistentes operacionais do pré-escolar, primeiro ciclo etc. Por outro lado, prevê-se

contratos de trabalho em função pública por tempo indeterminado que vão ser celebrados para regularizar situações de pessoal que se encontra em regime de mobilidade interna e que provém da transferência de competências para o Município na área da educação, mais concretamente dois coordenadores técnicos dos serviços administrativos dos agrupamentos de escolas de Lousada Centro e Lousada Norte. Por outro lado prevêem-se contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado a termo resolutivo certo que vão ser celebrados para substituir trabalhadores ausentes ou que por várias razões se encontram impedidos de prestar serviço, licenças de maternidade, quatro, incapacidade temporária parcial uma, baixa médica prolongada, uma. Mais, prevêem-se contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado de termo resolutivo certo que vão ser celebrados para dar continuidade a actividades já em curso. Há bocado acabei de falar das actividades de enriquecimento curricular, estão previstos, noventa e três contratos, de técnicos superiores para as actividades de enriquecimento curricular, em dois mil e nove foram apenas setenta e seis, uma vez que a educação musical era assumida pelo Conservatório do Vale do Sousa. Na esmagadora maioria nós não estamos a falar de novos contratos, é para dar continuidade a actividades que já estão a ser desenvolvidas. Relativamente à questão de não perceber o valor que está em orçamento para consultadoria. É fácil de perceber, há situações cujas tarefas não podem, por opção ou por imposição legal, ser prestadas por funcionários da Câmara. A título de exemplo, estou a falar da representação em juízo, nós temos juristas mas para fazer o patrocínio nos tribunais temos que recorrer a advogados. Estou a falar também de consultadoria jurídica porque dois advogados numa Câmara com esta dimensão é manifestamente insuficiente, estou a falar de projectos de engenharia, estou a falar de fiscalização externa das empreitadas porque determinado tipo de empreitadas a fiscalização não pode ser assegurada pelos técnicos municipais, a lei obriga, a partir de determinado valor, a que a fiscalização seja feita por entidades externas, isso custa muito dinheiro. Aquele relatório de avaliação económico-financeira das taxas teve de ser entregue a uma empresa externa, todas as Câmaras fizeram isso, Penafiel por exemplo foi á mesma empresa. No próximo ano, todas as tarifas de resíduos, água e saneamento também vai ser obrigatório a fundamentação económico-financeira vai ter que ser uma empresa externa a fazê-lo. Vocês parecem que não têm a noção do que é governar uma Câmara Municipal. Estar aqui a falar dos funcionários do Século XXI, dos avençados, dos contratados ao centro de emprego, o que é que isso tem a ver com despesa com pessoal? É o subsídio de alimentação que lhe pagamos que pesa aqui?

Relativamente ao aumento da despesa, não consegui apontar o valor, mas julgo que rondava os vinte ou vinte e dois por cento o aumento da despesa com pessoal. Não sei onde foi buscar esse valor, e é um valor que também não se percebe se compararmos como o valor que o senhor vereador Agostinho Gaspar referiu na reunião de Câmara, referiu na reunião de Câmara que o aumento era de nove vírgula vinte e oito por cento o senhor presidente da Câmara corrigiu, e disse que eram treze e meio, agora a Dr.^a. Branca já vai em vinte por cento mas eu demonstro-lhe que não é assim. Em dois mil e dez o que está previsto em termos de despesa com pessoal são doze milhões cinquenta mil setecentos e setenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos. Em dois mil e nove se tivermos em conta a execução do orçamento, Janeiro a Outubro, há uma despesa de dez milhões seiscentos e dezanove mil cento e setenta e cinco virgula trinta e nove, para ser mais exacto do que o senhor presidente é treze virgula quarenta e oito.» -----

----- Eram vinte e quatro horas e doze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2010, conforme estabelece o nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro conjugado com a alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.-----

----- A proposta número três foi aprovada por trinta e um votos a favor e catorze abstenções dos seguintes membros: José Augusto Campos Barros, Carlos Manuel Soares Nunes, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, José Manuel Teixeira Gonçalves, Joaquim José Correia Bessa, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, António Filipe Cardoso Barbosa, Branca Cecília Vieira de Sousa, Francisco Xavier Pires, João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes. -----

----- Declaração de voto do Sr.^a Cláudia Patrícia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A Coligação “Lousada Viva” absteve-se nesta votação pelas seguintes razões: entendemos que as despesas correntes com pessoal já estão bastantes elevadas, este aumento proposto vai dificultar ainda mais a gestão financeira da Câmara, obrigando-a a recorrer a financiamento externo para investimentos em projectos de interesse público. Segundo, porque no mapa de pessoal de dois mil e nove tínhamos novecentos e doze funcionários, neste mapa de pessoal temos mil e setenta e oito, aumentaram cento e sessenta e seis, dos quais apenas vinte são para a nova escola; Terceiro, entendemos que o rácio funcionários - população do concelho está bastante elevado, se compararmos com Câmaras da região que têm mais população, têm mais empresas municipais e que têm mais escolas; Quarto, não entende que apesar deste mapa de pessoal prever um aumento em grande medida do número de técnicos da autarquia ainda seja necessário prever em orçamento um valor elevado em consultadoria e pareceres; Quinto, no entanto e face à dificuldade que temos em avaliar das reais necessidades porque até ao momento não foi concedida uma reunião com os chefes de departamento e vereadores da coligação, não queremos dificultar o trabalho nem impedir o desenvolvimento do concelho.» -----

----- Eram vinte e quatro horas e quinze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Nelson Angelo Oliveira -----

----- QUARTO PONTO: Regime jurídico da realização de despesas públicas e da contratação pública relativo à locação e aquisição de bens e serviços – Realização de obras ou reparações por administração directa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para realizar obras ou reparações por administração directa, até ao valor de novecentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos, conforme dispõe o nº 2 do art.º 18º, conjugado com o art.º 4º todos do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos. -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----
----- Ana Margarida Neto; -----
----- Manuel da Silva Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda; -----
----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira -

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por trinta e quatro votos a favor e dez abstenções dos seguintes membros: José Augusto Campos Barros, Carlos Manuel Soares Nunes, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, José Manuel Teixeira Gonçalves, Joaquim José Correia Bessa, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, António Filipe Cardoso Barbosa, Branca Cecília Vieira de Sousa. -----

----- Eram zero horas e vinte minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

